



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08281268320208230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ROBERTO ARAUJO RAIOL**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor.

OBSERVE QUE O ILUSTRE PERITO APONTA QUE O AUTOR SOFRE LESÃO NO 2º, 3º, 4º E 5º DEDO DO PÉ DIREITO, O QUE OCASIONOU A GRADUAÇÃO DE DEBILIDADE DE 75% NO PÉ DIREITO.

Contudo, a documentação médica de primeiro atendimento na data do acidente aponta que o autor sofreu lesão apenas no 5º metatarso direito.

ORTOPEDIA

Pcte vítima de acidente de moto, apresentando dor

no 2º, 3º e 4º metatarsos SE MTT (D).

SEM SINAIS O

É possível observar que a documentação médica de quase 01 mês após o acidente, datada em 08/06/2020, indica que o autor sofreu lesão no 2º, 3º e 4º metatarsos.

2001248560	08/06/2020 07:59:59	<input type="checkbox"/> Laranja <input type="checkbox"/> Amarelo <input type="checkbox"/> Verde <input type="checkbox"/> Azul Ass.	<input type="checkbox"/> Laranja <input type="checkbox"/> Amarelo <input type="checkbox"/> Verde <input type="checkbox"/> Azul Ass.	<input type="checkbox"/> Laranja <input type="checkbox"/> Amarelo <input type="checkbox"/> Verde <input type="checkbox"/> Azul Ass.
<b>FICHA DE ATENDIMENTO</b> TRAUMATOLOGIA				
Paciente		DIURNO 07-1		
<b>JOSE ROBERTO ARAUJO RAIOL</b>				
Tipo Doc	Documento	Órgão Emissor	Data Emissão	Sexo
IDENTIDADE			14/04/1976	M
Mãe	RAIMUNDA DE ARAUJO RAIOL		Idade	44 A 1 M 24 D
Endereço	RUA - CAUBI BRASIL DE MAGALHAES - 1332 - SENADOR HELIO CAMPOS - BOA VISTA - RR		Estado Civil	Pai
		Raça/Cor	BOA VISTA - RR	Nacionalidade
		Contato	(95) 99137-9060	BRASILEIRA
		Ocupação		
Class. de Risco	Plano Convênio	Nº da Carteira	Validade	Autorização
Motivo do Atendimento	SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	Profissional do Atend.	Procedência	Temp.
OUTROS	URGÊNCIA	Procedimento Sol.	Registrado por	Peso
Sector	DEMANDA ESPONTANEA	ADAO		
GRANDE TRAUMA				
Queixa Principal	<input type="checkbox"/> Síndrome Febril <input type="checkbox"/> Sintomático Respiratório <input type="checkbox"/> Suspeita			
Anamnese de Enfermagem	GSC TC AO: 1234 RV: 12345 MRV: 1234			
Anamnese - (HORA DA CONSULTA - ____:____h)				
Fr 2.3x 4x MTT + Lis foc c.				
Ao GT - supor para CC				
Exame Físico	Dr. Leonardo Ribeiro Ortopedia e Traumatologia CRM RR 1715 / RQE 814			

Ora Exa., diante de tais documentos resta claro que as lesões analisadas pelo perito são de fatos distintos, não sendo possível enquadrar invalidez no pé do autor por lesões oriundas de situações diversas do sinistro.

Por fim, o ilustre perito indica lesão no TORNOZELO DIREITO, contudo não consta nos autos qualquer documento médico que ratifique que a lesão identificada no tornozelo seja oriunda do acidente, haja vista que não há dentre os documentos qualquer menção a essa lesão.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 31 de maio de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**